

Alguns pontos que gostaria de ver abordados no discurso do Presidente sobre o estado da Nação¹

Carlos Nuno Castel-Branco

Director do IESE e Professor Associado da Faculdade de Economia da UEM

Na próxima semana, o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, vai pronunciar o seu discurso sobre o estado da Nação na Assembleia da República. Esta é uma oportunidade para o Presidente exprimir o que é que ele pensa que é o “estado da Nação” – não só falar sobre as obras feitas, mas sobre o “estado realista da Nação”, onde é que ele, timoneiro do Estado, pensa que a Nação se encontra. A Assembleia da República e os cidadãos vão apreciar e posicionar-se sobre essa opinião do Presidente da República. Pela leitura que o Presidente faz do “estado da Nação”, podemos ver de que lado ele está em relação aos vários problemas, desafios e opções que se colocam perante o País. Se ele disser que a saúde da Nação é boa ou má, a questão imediata que se vai colocar é “para quem e em que é que essa saúde da Nação é boa ou má”? Podemos, assim, fazer uma leitura de quais são os critérios que o Presidente usa para analisar o estado da Nação e definir os caminhos para a frente. A capacidade do Presidente de fazer uma leitura do estado da Nação que seja realista, honesta, profunda, orientadora e mobilizadora é o primeiro teste da sua capacidade de liderança nacional.

O “estado da Nação” deve, também, fazer uma análise do que eram as perspectivas da Nação (ou para a Nação) em 2008, os progressos, as dinâmicas políticas, sociais e económicas, os impactos e desafios que se seguem. Qual era o propósito concreto para 2008? O que é que mudou de substantivo e onde nos encontramos em relação às perspectivas? Que impactos é que se registaram na vida concreta das pessoas e das comunidades? Em que é que errámos e porquê? O que é que aprendemos em 2008 e como é que podemos usar estas lições para avançarmos mais em 2009 e nos anos seguintes? Quais são os nossos grandes desafios, que implicações têm na nossa vida e como é que esperamos enfrentá-los?

O discurso sobre o “estado da Nação” deve ser uma afirmação de liderança, e esta julga-se pela capacidade de analisar onde estamos, de decidir objectivos e caminhos para os alcançar, de aprender e utilizar as lições e de identificar novos desafios e como enfrentá-los.

Portanto, o “estado da Nação” não deve ser só descritivo – acções realizadas, viagens feitas, visitas recebidas, conferências participadas, etc.. O “estado da Nação” não é um relatório das actividades do Presidente da República ou do seu Governo.

Do ponto de vista temático, os assuntos que gostaria de ver focados no “estado da Nação 2008” seriam, entre outros, os seguintes:

- 1) O crime organizado e a constante desautorização e ridicularização do Estado pelos criminosos públicos e privados, criminosos políticos, económicos e sociais: desde as fugas de prisões de máxima segurança ao surgimento de cadeias alternativas às de máxima segurança de onde os criminosos também fogem, dos baleamentos e assassinatos e assassinatos de polícias de todos os escalões de forma impune, da nomeação de comissões de inquérito que nunca apresentam qualquer relatório nem provocam nenhuma acção decisiva, e que talvez nem tenham sido de facto criadas, etc. A quem serve este crime, porque é impune, como se infiltrou

¹ Estas notas foram preparadas com a colaboração de todos os investigadores do IESE. <http://www.iese.ac.mz>.

nas estrutura do poder político e económico até as dominar e como vamos resolver este problema?

- 2) Também é preciso esclarecer bem as prisões recentes de VIPs: isto é para fingir que estamos a tratar do assunto da corrupção e do crime organizado? Onde estão os outros e por que é que não estão detidos? Até que ponto é que o fogo posto na contabilidade pública e a fuga mais recente dos três criminosos de máxima segurança estão ou não relacionados com os mediáticos casos do MINT, do Siba-Siba e da ADM? O que se passa com os processos autónomos e não autónomos que se arrastam há anos e, por enquanto, só servem para entreter a discussão e a expectativa populares? Em muitos dos casos, independentemente do que se venha a provar como grau de culpa dos arguidos, os processos são tecnicamente tão mal feitos que parece que estamos a combater o crime com recurso à ilegalidade (ilegalidade também é crime, pois viola a lei) ou que estamos a tentar fingir que estamos a combater um crime para depois o tribunal considerar os casos nulos por erros técnicos.
- 3) Em relação com os pontos anteriores, quais são os instrumentos de exercício de poder do Presidente da República? O sistema de segurança do Estado é quase irrelevante, as forças armadas estão debilitadas e divididas, a polícia está infiltrada do topo à base, o sistema de justiça é ineficaz, há órgãos do poder que ou não reúnem ou reúnem e não discutem, há titulares de postos públicos que são seguidistas à espera de ordens para cumprir, estão mais preocupados com os seus negócios do que com o serviço público, e que entendem governação como “trabalhar para o chefe ver”. Não será que a actual onda de crime e desafio criminoso sistemático à autoridade do Estado seria motivo para reunir o Conselho de Estado e o Conselho de Nacional de Defesa e Segurança? De facto, que instrumentos de poder é que o Presidente da República tem ou escolhe ter para governar e para fazer cumprir as suas decisões e as decisões de outros órgãos do Estado, e para proteger a Constituição, o País e o Povo? Os comités locais do Partido e os comícios populares da Presidência aberta?
- 4) A crise económica internacional e seu impacto em Moçambique. O que está a acontecer no Mundo e quais são os canais de transmissão para dentro da nossa economia e sociedade? O que é que já está acontecendo em Moçambique e qual é o seu impacto? O que se espera que venha a acontecer e quais são as suas implicações? A natureza estrutural e dinâmica da “crise” de acumulação e reprodução da economia Moçambicana e a necessidade de não só pensar em medidas conjunturais (como enfrentar a crise internacional actual ou como ficar à espera que ela passe) mas, sobretudo, medidas de estrutura e dinâmica (alargamento dos centros de acumulação, diversificação da base produtiva, interligações dentro da economia nacional, a logística produtiva, a retenção da riqueza produzida e a redução da dependência externa). A crise deve ser vista como oportunidade de mudança e não como ameaça ao Governo. Falar da crise deve servir para falar e pensar sobre as oportunidades de mudança e para fazer a mudança.
- 5) Mas qual é a credibilidade que pessoas como a Primeira-ministra e outros governantes podem merecer quando ainda há bem pouco tempo diziam que Moçambique estava isolado e insulado da crise, criticavam os que assim não pensavam, mas agora já fazem recurso da crise para justificar a desaceleração da taxa de crescimento, a redução das reservas externas, a contracção das exportações, etc.? Por que é que não são capazes de pensar na crise como uma fonte de inspiração e de energia para uma melhor governação, mas já a usam quando querem justificar alguma coisa?

- 6) Relacionado com o ponto anterior, qual é a estratégia nacional de desenvolvimento que permite transformar as estruturas e dinâmicas que reproduzem as sistemáticas crises de acumulação e reprodução (que vêm desde o tempo colonial)? Nós saltamos de um assunto para outro, de um produto para outro, de uma estratégia sectorial, sub-sectorial, ramal, sub-nacional para outra, mas sem uma visão clara de onde estamos a tentar ir, o que estamos a tentar fazer, que capacidades e recursos vamos usar e como vamos organizar a nossa vida para fazer isso. Por exemplo, como vamos garantir que os mega projectos contribuam de facto (não só contabilisticamente) para a economia nacional? Quer dizer, como vamos reter em Moçambique uma percentagem suficientemente grande da riqueza gerada por esses mega projectos de modo a libertarmos o País da dependência externa e lançarmos as bases para o alargamento dos centros de acumulação e diversificação das bases produtivas? Como, por exemplo, podemos usar a riqueza gerada pelos mega projectos, retidas através de impostos ou outros meios, para desenvolvermos a indústria alimentar, as indústrias de construção, reparação e assistência técnica e de engenharia industrial? Da leitura que se faz das dinâmicas económicas institucionais, dá a sensação que o único objectivo é criar o chamado “empresariado nacional” a qualquer custo, e que esse objectivo é prosseguido por meios tácticos oportunistas – aproveitando dinâmicas e interesses de investidores estrangeiros – em vez de por via de uma visão estratégica de desenvolvimento nacional.
- 7) Como resolver o problema do conflito de interesse entre ser titular de posto público e ser empresário? Enquanto este problema não for reconhecido como problema e correcta e corajosamente confrontado e resolvido, não vale a pena acreditar no discurso oficial.
- 8) A questão da qualidade na educação a todos os níveis. O foco actual é nos números de graduados, mas o declínio da qualidade do ensino e da aprendizagem e dos valores éticos, morais e de mérito e de trabalho árduo são muito acentuados. A mediocridade é considerada como custo aceitável da expansão rápida da rede escolar. O que estamos a fazer é destruir (não comprometer, mas destruir) é o futuro deste País e do seu Povo. O que é que significa investir na educação? É só expandir a rede a escolar e o número de estudantes e de graduados? Vejamos o que aconteceu com as altíssimas taxas de reprovação no ensino básico e médio? Relatórios recentes de agências internacionais apontam para uma situação crítica da qualidade de ensino em todos os níveis (primário e secundário). O ensino universitário está rapidamente a perder qualidade e credibilidade. Por que é que isto acontece? Quais são os mecanismos e estratégias para avaliar e por cobro a esta situação? O que queremos fazer com a educação? Será que com esta educação de “fazer de conta que se ensina e fazer de conta que se aprende” vamos conseguir fazer da escola uma base para o povo tomar o poder?
- 9) A questão da descentralização. O que é que isto significa na estratégia real do País? O que é que de facto estamos a fazer? Quais são os desafios e problemas? Estamos a descentralizar o quê (se é que estamos a descentralizar alguma coisa) e para quê? Se mesmo os fundos de **iniciativa local** dependem de instruções pontuais do centro do poder, qual é o significado real (político, económico, social e institucional) destas iniciativas e acções?
- 10) A crise do Zimbabwe, que se está tornando numa crise real (política, económica, social, de identidade e de credibilidade) para todos os cidadãos da África Austral. O Povo Moçambicano consentiu inúmeros sacrifícios para a libertação do Povo irmão do Zimbabwe do regime de Ian Smith. Nem nós, nem os restantes Povos da África Austral, nem o Povo do Zimbabwe lutaram para substituir o regime ilegal, racista, repressivo e minoritário de Ian Smith por um regime que agora já é ilegal, já é minoritário e já é tão repressivo como o de Ian Smith. Este é um regime

que está a gerar dinâmicas de genocídio interno. Já chega! Precisamos de uma boa abordagem desta questão que resolva a questão de vez. Para derrubarmos o regime de Ian Smith não hesitamos na acção: pensamos, coordenámos e agimos. Hoje, só falamos. Num célebre discurso proferido nas Nações Unidas nos anos 1970, o Presidente Samora Machel mostrou as manobras do regime de Smith e seus aliados e mentores para retardar a solução da crise do Zimbabwe na época: quando a luta armada de libertação nacional avançava, eles pediam para negociar; mas quando as negociações se aproximavam de uma solução, eles voltavam à guerra e às agressões. Não é isto que o regime de Mugabe e seus cúmplices pela inacção e silêncio estão a fazer hoje, a retardar a solução da crise política, económica, social e humanitária do Zimbabwe? Neste momento, nós já estamos a cuspir no sangue derramado, nos sacrifícios consentidos e na histórica epopeia da libertação da nossa região, e estamos a comprometer as nossas oportunidades de desenvolvimento e cooperação. Chega!

Para resolver esta e outras questões, quiçá tão ou mais importantes, há uma grande preocupação acerca da qualidade, da unidade e dos métodos do Governo a todos os níveis. Os postos políticos no Governo devem por mérito pertencer a indivíduos que têm projectos de governação, capacidade de liderança e que possam trabalhar em equipa para um objectivo comum unitário ao serviço do Povo que os escolheu. Aqueles que são simples seguidores de ordens do chefe, que se transformam em carreiristas e oportunistas, que mentem sistematicamente acerca do seu desempenho e do desempenho do seu pelouro, que recusam o risco de ter iniciativa esperam pela ordem do chefe para fazerem alguma coisa, aqueles que competem contra os seus colegas para se autopromoverem e serem bem vistos pelo chefe, estes tipos de gente e estes tipos de atitude que favorecem o lambotismo, a mediocridade e a desarticulação governativa, devem ser varridos do governo. Mas isso também implica mudar o método de trabalho e de liderança do Governo introduzindo mais colectivismo, mais oportunidade para debate e análise abertos, honestos e inteligentes e com informação adequada e sólida, menos comando militar, menos voluntarismo populista e menos correrias sem nenhuma preparação, que não conduzem a resultados positivos e que provocam elevados custos institucionais, económicos, políticos e sociais.

Se o discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação, marcado para a próxima semana, pelo menos aprofundasse alguns destes pontos (ou outros quiçá mais importantes) com honestidade, sinceridade e com visão, e se definisse um par de prioridades concretas para o Estado e a Sociedade para o próximo ano para confrontar alguns dos problemas aqui mencionados, isto já seria uma prenda maravilhosa para o Ano Novo para os cidadãos da nossa República. Assim já poderíamos, com verdade, dizer boas saídas de um ano difícil e boas entradas no novo ano, com esperança renovada de que 2009 será melhor.

Feliz Ano Novo.